

ARTIGO

ESTADO BRASILEIRO PÓS-1964: DA DEMOCRACIA À LIBERDADE VIGIADA

*Ana Lúcia da Silva/Jurandir Malerba**

RESUMO: Neste artigo, temos como objetivo destacar a organização do Estado brasileiro pós-1964. Destacaremos, em um primeiro momento, o contexto histórico do governo João Goulart e a preparação para o Golpe de 31 de março; em um segundo, a organização do Estado no Brasil durante o Regime Militar, a propaganda política, que ressalta o conceito de nação e como esta foi apreendida e reproduzida pela grande imprensa paranaense; ao final, ressaltaremos o discurso oficial referente à Segurança Nacional diante do suposto inimigo – o comunismo.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Estado pós-1964; Nação; Discurso; Segurança Nacional.

ABSTRACT. An analysis of the post-1964 Brazilian State is provided. The historical context of the João Goulart administration and the preparation for the coup d'état of the 31st March is investigated. The organization of the Brazilian State during the military regime, the political propaganda enhancing the idea of nation and the way this concept was understood and reproduced by the press of the state of Paraná, Brazil, follow. Special mention is made on the official discourse of the government with regards to the Doctrine and Law of Natural Security and on Communism as its “fabricated” enemy.

KEY WORDS: Brazil; post-1964 Brazilian State; Discourse; Natural Security.

** Respectivamente mestrande e coordenador do Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL. Mestrado em História Social. Câmpus da UEM. Bolsista da Capes. Rua Valparaíso, 471. Vila Morangueira. CEP 87040-220. Maringá-PR. E-mail: lucia@wnet.com.br; Universidade Estadual de Maringá. Câmpus da Universitário. Avenida Colombo, 5. 790. Bloco G-34. Maringá-PR. Cep 87020-900. E-mail: sec-pgh@ucm.br e/ou malerba@wnet.com.br.

Sabemos muito pouco sobre o que aconteceu ou sobre o que aconteceu nas mentes da maioria dos homens e mulheres mais relativamente desarticulados, para podermos falar com alguma confiança sobre seus pensamentos e sentimentos a respeito de nacionalidades e Estados-nações aos quais proclamam suas lealdades.

Eric J. Hobsbawm (1990:93-4)

Governo algum pode prescindir dos meios de Comunicação Social, indispensáveis à formação cívica das massas, educando-as a participar de nosso formidável processo de desenvolvimento. Lição essa que nos foi ensinada pelo presidente Emílio Médici que, em seu já histórico governo, colocou a Comunicação a serviço do desenvolvimento, motivando todo o país e criando uma consciência de trabalho como nunca havíamos conhecido.

Parigot de Souza

[Governador do Paraná/1973]

Nos meandros da história política na perspectiva historiográfica tradicional, ou rankiana, que predominou nas primeiras décadas do século XX, a produção histórica era centrada nas idéias, decisões e ações de grandes homens que compunham a esfera política, e os indivíduos que não estavam inseridos nesta permaneciam à margem da sociedade e da história, pois suas ações não eram tidas como dignas de registro. A crítica hermenêutica que o pesquisador estabelecia com seu objeto de estudo era a verificação da veracidade deste – “os documentos falavam por si mesmo” –, havendo toda uma preocupação em estabelecer um rigor científico que impunha ao historiador o distanciamento de seu objeto de análise. Essa postura buscava a objetividade e a cientificidade, tanto que o jornal não era concebido como fonte fidedigna para a produção do conhecimento histórico. Os pressupostos que norteavam o *metié* dos historiadores, para manter a reputação acadêmica destes, eram três: conhecimento histórico sinônimo da verdade (epistemológica); passado determinado e fixo; utilização de um método apropriado para adquirir o passado. Atualmente, o “retorno à história política”, segundo Maria Helena Capelato (1998), deve-se às revisões interpretativas da história nas últimas décadas, principalmente com a renovação da vertente política. Ganhou prestígio o “tempo presente”, que significa uma definição repensada do “acontecimento” sobre o viés de análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo.

A história que hoje se impõe distingue-se das anteriores quando coloca o estudo do poder no centro da problemática, interpretando-o por outros prismas e reconhecendo outras formas políticas. Permite o estudo do período recente por meio dos aspectos políticos e culturais, e propicia compreendermos a construção da idéia de nação, a invenção de tradições através da história, os discursos e/ou mitos fundadores de um determinado tempo e espaço. Nessa perspectiva, temos como objetivo a análise do Estado brasileiro pós-1964 a fim de compreendermos a organização deste, os elementos constitutivos do discurso anticomunista e a visão otimista que associou os termos segurança e desenvolvimento, que eram tidos como indispensáveis para conduzir a nação ao que seria o seu destino, ou seja, o de ser uma Potência Mundial.

Para tanto, destacaremos em um primeiro momento, o período que antecedeu a ruptura política de 1964; em um segundo, os desdobramentos desta ruptura que organizou o Estado brasileiro de forma distinta do período Goulart, confrontando com a postura da grande imprensa paranaense; em um terceiro, o discurso de Segurança Nacional do Estado-nação do suposto inimigo socialmente construído – o Comunismo; por fim, algumas considerações finais.

A caminho do golpe

Para compreendermos a ação dos militares, o apoio de parte da sociedade civil e a política de preparação para o golpe que foi instaurado em 1964, temos que considerar os anos que o antecederam.

Ao final dos anos de 50 e início dos 60, segundo Maria Helena Moreira Alves (1989), a mobilização de setores que compunham a sociedade, anteriormente marginalizados, durante o governo de João Goulart, foi fértil. Verificou-se a organização da classe trabalhadora e do campesinato. Essa ação assustou as classes de maior poder aquisitivo, que não desejam fazer concessões quanto às questões como salários, melhores condições de trabalho, organização sindical, reforma agrária, entre outras reivindicações.¹

¹ Rodrigues (1979), ressalta que no início da República brasileira a classe operária não tinha participação efetiva em outras instituições que compunham a sociedade. Assim o sindicato deu-lhe uma forma de participação significativa. Desde as fases primitivas do movimento e organização sindical, as reivindicações por melhores

Para os setores sociais que se opunham à política do presidente João Goulart, a organização e a movimentação dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho constituíam-se em obstáculos para a manutenção do *status quo*.

Em contrapartida, nesse contexto, estudantes, artistas e setores das classes médias urbanas procuraram manifestar o anseio por modificações na política econômica de maneira nacionalista. Eles desejavam mudanças no âmbito educacional, econômico e social, como também a articulação e efetivação da Reforma Agrária. Dessa maneira, as Reformas de Base que foram propostas por Goulart representavam uma via para as mudanças almejadas.²

Em oposição à organização do Governo de Goulart, surgiram vozes dissonantes. Para o sociólogo René Armand Dreifuss, a ruptura política de 1964, foi preparada com antecedência, por meio da organização dos intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais. Eles, ao se associarem, formaram um complexo político-militar: o Instituto de Pesquisas e Estudos Social (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que representavam a face política dos interesses empresariais, se opunham ao governo nacional-reformista de João Goulart e às forças sociais que o apoiava. A elite orgânica desenvolveu atividades de maneira pública e encoberta. Ela procurou formar a opinião pública acerca da necessidade de conter o Comunismo no Brasil.³

Para essa elite, o governo João Goulart era a expressão do

condições de vida e trabalho foram expressas. Por movimento sindical, José Albertino Rodrigues entende todo o esforço informal e autêntico de conduzir a classe trabalhadora a lutar por suas reivindicações. Por organização sindical, a tentativa formal e de cunho oficial da classe trabalhadora. Também destaca que a questão social na Primeira República foi tratada como questão de polícia, o que cerceava a ação dos militantes sindicais e políticos.

² Para o isebiano Osny P. Duarte, durante o governo Juscelino Kubitschek acentuou-se a internacionalização da economia brasileira e a “miséria nacional”, visando reparar as injustiças geradas pelo desenvolvimento se deveria fazer a revolução. Pode-se indagar: Em que consistia esta revolução? Segundo Duarte era necessário fazer reformas constitucionais para se promover as Reformas de Base, ou seja, fazer a revolução antes que o povo a fizesse. Visando compreender a postura de Duarte e seus contemporâneos, os isebianos, como também a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que atuou durante o governo de JK e João Goulart, criado em 14 de julho de 1955 por meio do Decreto nº 57. 608 por José Café Filho e extinto a 13 de abril de 1964, após o golpe de Estado. Ver Toledo (1978), Pelegrini (1997:73), Linhares e Silva (1999:159-160).

³ Tendo como referência Gramsci (1982), entende-se por elite orgânica os intelectuais entre os tecno-empresários, empresários e militares, que tinham a capacidade de ser

Comunismo, em nosso país. Sendo assim, o discurso anticomunista, presente na campanha ideológica, estava inserido no contexto da Guerra Fria. Nessa atmosfera, o complexo político-militar IPES/IBAD procurou atuar na sociedade entre os anos de 1962 e 1964.

Esse complexo buscou e teve apoio nos cenários internacional e nacional, para efetivar ações à deflagração do golpe de 1964. Isso se constituiu em forma de venderem à América Latina a proteção e ajuda policial, por meio de trabalho de informação e treinamento de policiais latino-americanos. Tendo como referência essa premissa, evidenciamos que a suposta ameaça comunista procurou justificar a ajuda especializada em Segurança Nacional dos norte-americanos à América Latina. Já, em âmbito nacional, o complexo IPES/IBAD teve apoio de grupos sociais conservadores que se opunham à política de Goulart. Dessa maneira, a ação política e ideológica procurou atingir vários setores da sociedade: Forças Armadas, Congresso, Executivo, Classe Empresarial, Sindicatos, Classe Camponesa, Igreja, Partidos Políticos, Mídia e as Camadas Intermediárias.

Os ativistas do complexo IPES/IBAD tinham como papel fundamental, no âmbito das Forças Armadas, o de fazê-las de instrumento para liderar um movimento civil-militar que causaria a destituição de Goulart do cargo de presidente.

A unidade política desse complexo centralizou-se no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. A elite orgânica formava o Comitê Nacional, que coordenava outros Estados, onde IPES semelhantes se estabeleceram, como o IPESUL (Rio Grande do Sul), o IPES Pernambuco, o IPES Belo Horizonte, o IPES Paraná, o IPES Manaus, o IPES Santos e outros centros menores.

O ponto crucial para a deflagração do golpe de 1964 foi a realização, neste corrente ano, em 13 de março, do comício em prol das Reformas de Base, em que se fez presente o presidente João Goulart.

Nesse comício, o presidente anunciou e assinou dois decretos de grande importância: o de encampação das refinarias de petróleo particulares e o da Supra-Superintendência de Política Agrária no país, que foi considerado o primeiro passo para a efetivação da Reforma Agrária.

Diante dessa realidade, os militares, com apoio da grande imprensa

os organizadores de seus próprios interesses e da sociedade. Sendo assim, a elite orgânica era os líderes e membros que compunham a estrutura formal do complexo IPES/IBAD. Ver Dreifuss (1987), especificamente o capítulo V, que destaca o processo pelo qual os intelectuais orgânicos formaram o complexo político-militar IPES/IBAD.

e de uma parcela da sociedade civil, procuraram estagnar as ações pró-Reformas de Base. Intensificou o discurso salvaguardor da democracia e anticomunista, o que fez surgir neste contexto as chamadas Marchas da família com Deus pela liberdade. Visando a compreender o apoio de parte da população, ou seja, de parte da sociedade civil à ação de contestação ao Governo de João Goulart, destacaremos o significado deste termo a partir dos pressupostos teóricos de Norberto Bobbio (1987) e Antonio Gramsci (1986).

Para Norberto Bobbio (1987), a sociedade civil é o espaço onde surgem e desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos. Estes devem ser resolvidos pelas instituições que compõem a sociedade, por meio da mediação e/ou através da repressão.

Norberto Bobbio salienta que a teoria de Gramsci opõe-se a tradição à marxista que destaca a sociedade civil como pertencente à estrutura. Em Gramsci, a sociedade civil pertence ao momento da superestrutura ideológico-política, esfera em que atuam os aparatos ideológicos que procuram exercer a hegemonia, e por meio desta obter o consenso.

Segundo Gramsci (1986) a estrutura (sociedade econômica) e superestrutura (sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado e a sociedade civil) formam um bloco histórico, ou seja, um conjunto complexo e contraditório com uma estreita relação de interdependência. No âmbito do bloco histórico é que se apresentam as forças materiais e a ideologia. Compreendê-las implica em entendermos como a hegemonia se apresenta no social.

Essa hegemonia se dá por duas vias: como dominação e como direção intelectual e moral. Assim, um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental e, ao conquistá-lo, procura estabelecer controle sobre todos aqueles que contestam a ordem estabelecida – o governo dirigente.

Verifica-se que nos anos que antecederam a 1964, a elite orgânica do complexo IPES/IBAD procurou ser e/ou tornar-se hegemônica em detrimento do governo nacional-reformista de João Goulart.⁴

⁴ Em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para averiguar as atividades e fontes de fundos da rede IPES, IBAD/ADEP (ADEP – Ação Democrática Popular do IBAD) e investigar as alegadas irregularidades nas eleições de 1962. Esta CPI fracassou, mas o governo de João Goulart, em outubro de 1963, através de um decreto, fechou os escritórios do IBAD e da ADEP. Sobre estas referências, ver DREIFUSS (1987:336).

Segundo Celso Lungaretti (1989), uma frase infeliz de João Goulart no comício realizado em 13 de março de 1964 foi o estopim para àqueles que se opunham à postura política do presidente. Quando Goulart proferiu seu discurso durante o comício das Reformas de Base, afirmando que “não é com rosário que se resolvem os problemas do povo”, seus opositores não hesitaram em apropriar-se do significado desta em benefício próprio e contar com a opinião pública. Goulart, ao salientar tal frase, referia-se ao que havia ocorrido com Leonel Brizola, em um comício, no qual mulheres mineiras de rosário na mão o impediram de falar. Não se pretendeu desagrar o rosário, mas expressar que eram necessárias políticas (leia-se Reformas de Base) que aprimorassem a vida do povo brasileiro.

Como D. Paulo Evaristo Arns (1985) ressalta, o discurso e propaganda anticomunista ganharam a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos. Eles se uniram à agitação que amparada pela grande imprensa, motivou as Marchas da família com Deus pela liberdade. No Paraná, a Marcha ocorreu em Curitiba em 26 de março de 1964. As pessoas levaram faixas com o slogan “Acorda povo, conspiram contra tua pátria”. Aproximadamente 30 mil pessoas participaram do movimento.⁵

A campanha ideológica da elite orgânica do complexo IPES/IBAD procurou influenciar e influenciou diversos setores sociais, desde as donas de casa às Forças Armadas. Teve êxito efetivo quando destituiu o presidente Goulart em 31 de março de 1964.

Assim, Dreifuss ressalta que a chegada ao poder do bloco associado-multinacional ocultou seus reais interesses, por meio do discurso anticomunista, salvaguarda da democracia associado à concepção de segurança nacional. Ele afirma que as atividades desenvolvidas pela elite orgânica, através do complexo IPES/IBAD, tiveram como objetivo destituir o governo de João Goulart e conter às forças populares que o apoiava, isto é, desagregar o bloco histórico-populista e/ou nacional-reformista e levar os interesses do bloco associado-multinacional à esfera do Estado.

A conspiração, para Argelina Cheibub Figueiredo (1993), foi uma condição necessária, mas não suficiente para o sucesso do golpe de 1964. Ela afirma que desde o início do governo de Goulart em 1961, este

⁵ Sobre as informações da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ver o artigo de Celso Lungaretti, Folha de Londrina, 30 abr. 1989, p. 32.

assumiu a Presidência sob a ameaça de golpe, visto que as Forças Armadas se opunham a ele naquele período. Embora o desejo de intervenção militar, a Campanha pela Legalidade iniciada por Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul), que objetivava o respeito à Constituição, fez com que as Forças Armadas não tivessem o apoio popular necessário para agir e impedir que Jango assumisse a Presidência. A solução para aquele impasse e manter a democracia foi a Emenda Constitucional nº 4 de 2 de setembro de 1961, instituindo o sistema parlamentarista, o que significava a limitação do poder do Presidente, ou seja, os poderes e a ação de Goulart quando assumisse o governo. Poder que foi restabelecido em 1962, quando houve o plebiscito que possibilitou o retorno ao presidencialismo.⁶

No novo governo presidencialista, Goulart com o objetivo de superar os problemas econômicos e propiciar o crescimento lançou o Plano Trienal. Em que consistia este plano?

Por meio do Plano Trienal buscou-se transformar a precária situação econômica brasileira, tendo como metas básicas o combate a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e reformas institucionais, contemplando mudanças no aparelho administrativo, nos sistemas bancário e fiscal, e na estrutura agrária. A política de Goulart, conforme Figueiredo, pode ser vista como uma tentativa por parte do governo em promover um acordo entre grupos diferentes, isto é, entre os grupos comerciais e industriais, por um lado, e trabalhadores, de outro. Esta iniciativa do governo Goulart não foi seguida de pleno êxito, visto que após a fase sucessória as divergências de interesses dos grupos que compunham a sociedade brasileira se acirraram, e em 1964 constata-se a baixa no crescimento econômico, o aumento da inflação e a dívida externa sem solução. Conflitos de interesses que contribuíram para gerar a insatisfação em relação às políticas de Jango.

Desta maneira, Figueiredo questiona a postura de Dreifuss, quanto ao papel que atribuiu a burguesia, afirmando que esta teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração, pois negligenciou a existência de diversos grupos no âmbito das elites militares e civis conspirando contra governo Goulart, o que propiciou o golpe e supressão do governo democrático.

Para o general Ernesto Geisel, a revolução de 1964 foi necessária, visto que João Goulart tinha uma tradição vinda do getulismo com a

⁶ Sobre o sistema parlamentarista, ver Figueiredo (1993) e Labaki (1986).

política trabalhista. Para ele, o governo de Goulart era faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora em detrimento do desenvolvimento e segurança nacional do país.⁷

Jacob Gorender (1987), porém, diverge dessa concepção e afirma que a ruptura política de março de 1964 não teve como princípio assegurar a democracia. Para ele, o movimento civil-militar constituiu-se em um golpe direitista, que tinha o caráter contra-revolucionário preventivo.

Diante das diferentes interpretações e/ou concepções sobre a ruptura política de 31 de março de 1964, torna-se importante destacar a concepção da historiadora Maria Aparecida de Aquino (1994).

Há uma diversidade de denominações, segundo Aquino, para o que ocorreu no Brasil a partir de 31 de março de 1964: golpe, revolução, contra-golpe e contra-revolução. Ao pontuar o significado de cada uma destas com base no *Dicionário de Política*⁸, ela destaca que o termo revolução geralmente é utilizado para momentos de ruptura e de grande aceleração de mudanças, que afetam significativamente a população da região envolvida. Quanto ao termo contra-revolução, entende-se por um movimento que poderá desempenhar duplo papel: pode impedir que se dê a chamada revolução, e/ou opor-se a mudanças que possam afetar e desestruturar as bases do poder de grupos dominantes. Já o golpe de Estado seria um ato realizado por órgãos do Estado, geralmente “levado a cabo pelas Forças Armadas ou conta com sua cumplicidade”, podendo ser acompanhado ou não de mobilizações política e social e eliminando a pluralidade político-partidária. Enquanto que por contra-golpe, implicaria em compreender e deposição de João Goulart como tentativa de conter a manobra continuísta do Presidente, justificando a destituição devido a tentativa de golpe do Presidente no poder. Os golpistas utilizam este termo para justificarem suas ações. Com relação a hipótese de uma contra-revolução preventiva, esta é negada com os desdobramentos dos acontecimentos, pois houve ausência quase que completa de reações de resistência ao golpe de Estado.

Frente a essas concepções sobre 1964, percebemos que se focalizam sobre o fato diferentes olhares e podemos nos questionar:

⁷ Ver D'Araújo e Castro (1997:141) sobre a visão do general Ernesto Geisel em relação ao governo de João Goulart, destacada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, quando questionado acerca de “Qual era exatamente o veto que se fazia a João Goulart?”.

⁸ Bobbio et alii (1992:6-9)

como compreender a ruptura política de 31 de março? Aquino permite-nos refletir.

Segundo Aquino o 31 de março pode ser caracterizado como um golpe de Estado, que contou com a participação de diferentes grupos sociais como setores empresariais, setores médios de profissionais de diversas categorias, parte do clero e parcela significativa dos militares. Uma deposição que não foi seguida de intensa mobilização popular, e que possibilitou a reorganização da esfera estatal de maneira diversa do governo Goulart. Estruturou-se um Estado autoritário, como Aquino enfatiza, que procurava combater toda forma de resistência a ordem vigente, e ao mesmo tempo, obter maior legitimidade por meio da difusão do ufanismo de nação destinada ao progresso mediante segurança e desenvolvimento, principalmente, durante o governo Médici com o propalado “milagre econômico”.

Assim, podemos compreender que o golpe de Estado de 31 de março de 1964, que promoveu a deposição de Goulart e procurou conter às forças populares que o apoiava, instaurou no Brasil um Estado autoritário, reprimindo toda forma de dissidência.

A organização do estado brasileiro pós-1964

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 levou ao poder, representantes dos grupos sociais que se opunham ao governo Goulart, organizando o Estado brasileiro segundo seus interesses e estabelecendo uma nova ordem política, econômica e moral, que afetaria a população brasileira.

Não bastou apenas um golpe. O governo militar criou o Serviço Nacional de Informação -SNI, em 1964, diante da necessidade de vigilância da sociedade. O SNI tornou-se um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira. Na sociedade brasileira se estabeleceu uma rede de informações dentro dos ministérios, autarquias e órgãos administrativos do governo, bem como no movimento militar, no movimento da classe operária, no movimento estudantil e em outros segmentos escolhidos da população.⁹

⁹ Ver Dreifuss (1981:421), que destaca que a elite orgânica no Estado pós-1964 inovou fundamentalmente com a criação do SNI – Serviço Nacional de Informações, tendo como fundador e primeiro chefe nacional o general Golbery do Couto e Silva.

No novo quadro político militar de Segurança Nacional, o IPES teve condições de canalizar informações para os Inquéritos Policiais Militares – IPM instaurados após o golpe. Eles tinham o papel de investigar as atividades supostamente subversivas. Atividades subversivas eram todas aquelas em que os agentes sociais que as desenvolviam pudessem colocar em perigo a ordem estabelecida.

Nesse contexto, as agências de propaganda política: a Assessoria Especial de Relações Públicas – 1968 (Aerp) e a Assessoria de Relações Públicas – 1976 (ARP) procuraram materializar as idéias entre os grupos sociais e conferiram ao Estado brasileiro pós-1964 uma imagem positiva. Elas não foram criadas com o fim de combate mecânico aos que se opunham ao governo ditatorial. A propaganda política brasileira dos anos de 60 e 70, como Carlos Fico (1997) afirma, amparou-se em material histórico preexistente – os “bens simbólicos”, em defesa dos sentimentos nobres do Estado-nação, e desenvolveu campanhas de cunho educativo ou cívico.¹⁰ Por meio dessa propaganda política, o governo concedeu ao povo a oportunidade de participar do projeto político-econômico.

As datas cívicas que compunham o calendário nacional eram momentos em que o povo brasileiro devia rememorar a história do país. O Brasil era tido como o país do futuro. Visão que pode ser detectada nas propagandas respectivamente denominadas: “Ninguém Segura o Brasil” (1970), “Ontem, Hoje, Sempre: Brasil” (set. 1971), “Povo Desenvolvido é Povo Limpo” (set. 1972), “O Brasil Merece o Nosso Amor” (ago. 1973), “Este é um País que Vai para Frente” (abr. 1976), “O Brasil é Feito por Nós” (jul. 1977), “O Brasil que os Brasileiros Estão Construindo” (jan. 1978), entre outras.¹¹

A exaltação da história do Brasil se deu através das datas cívicas, estas se constituíam em momentos de consciência nacional, e estavam prioritariamente associadas ao patriotismo. Sobre este viés se deve compreender a inclusão da Educação Moral e Cívica, em setembro de 1969, por meio do Decreto-Lei nº869, como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país. O povo devia expressar amor pela pátria – a nação brasileira, em seu dia-a-dia, mediante ordem e trabalho, para que o Brasil pudesse ser um Estado-nação política e economicamente independente.

¹⁰ Carlos Fico, ao utilizar o termo *bens simbólicos* tem como referência os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu, utilizando-o com propriedade.

¹¹ A obra de Fico (1997) permite ampliar a reflexão sobre a propaganda política militar durante os governos militares pós-1964.

Visando a compreender a organização do Estado no Brasil e o conceito de nação durante o Regime Militar temos que ter em mente que o Estado antecede a idéia de nação. Para elucidar essa premissa faremos uma breve digressão através de pressupostos teóricos de Eric Hobsbawm (1990) e de Benedict Anderson (1989).

Para Hobsbawm (1990), para se entender o processo de formação das nações e seus fenômenos ambos devem ser analisados e compreendidos segundo as condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. Ele afirma que os fenômenos das nações são duais: construídos socialmente pelo alto – por Estados ou porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas ou não nacionalistas; e construídos por baixo – pelas esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, que não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. Neste âmbito, os laços protonacionais podem ser elementos de coesão no Estado-nação: primeiro, através da identificação popular que não se restringe ao território em que as pessoas vivem; segundo, pelos laços e vocabulários específicos dos grupos políticos ligados ao Estado e instituições de generalização e popularização.

O Estado é uma unidade da organização político-territorial, como afirma Benedict Anderson, e este é critério crucial para entender o significado do termo nação. A cada tempo e espaço os Estados, através da comunicação e educação primária, esforçam-se para incrustar na mente do povo uma herança da nação pela invenção de tradições.

Ao retomarmos o contexto do Estado brasileiro pós-1964, para expressar a idéia de Estado-nação predestinado ao sucesso, na propaganda política foram utilizados a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho e a idéia de nação baseada nos princípios da coesão e cooperação. A esta identidade de brasilidade do Estado-Novo (1937-1945), atribui-se um novo significado, ou seja, durante o regime militar por meio da propaganda política foram exaltados os símbolos nacionais, com o objetivo de promover o enaltecimento da idéia de nação destinada ao sucesso, ou seja, ao progresso mediante o binômio segurança e desenvolvimento.¹²

¹² Durante o governo Vargas se buscou promover o desenvolvimento do país por meio da industrialização. O trabalho era visto como uma via para propiciar o progresso material e espiritual, a construção do homem e da nação. Para tanto, houve a política de valorização do trabalho e do trabalhador, como também de

Partindo desse pressuposto, destacaremos como a grande imprensa apreendeu e reproduziu o discurso que foi expresso na propaganda política, quando encetou a idéia de nação.

O Estado-nação brasileiro através da grande imprensa

Ao escrever sobre a nação ocidental, Homi K. Bhabha (1998) compreende-a como uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura. Os grupos sociais se identificam com a cultura local, ou seja, com a do espaço em que estão inseridos e não com a ideologia de nacionalidade do Estado-nação. Afirma que a narrativa da “comunidade imaginada”, apaga o tempo, o sujeito e as diferenças culturais, caracterizando-se por um tempo homogêneo e vazio. O discurso da nação (ideologia da nacionalidade) configura-se em um discurso que procura instaurar a modernidade, isto é, educar e civilizar. Assim, o símbolo, a linguagem e os meios de comunicação são elementos de suma importância na construção do Estado-nação e objetiva a unidade nacional.

A partir dos pressupostos teóricos de Bhabha e ao entender a grande imprensa paranaense como objeto de investigação, empresa e agente social, entendemos que esta registra, participa da história e procura formar a opinião pública segundo sua experiência histórica em determinado tempo e espaço. Ressaltaremos que nos editoriais, através de seu discurso, a imprensa destacou a concepção de nação. A Folha de Londrina, em seu editorial de 7 de setembro de 1975, explicita que:

combate ao ócio, à malandragem, ao vício, à sensualidade e à indisciplina, combatia-se todo comportamento que pudesse inviabilizar a formação do trabalhador produtivo e ordeiro. O trabalho era proposto como valor básico. Nessa atmosfera, observa-se que os ideólogos nacionalistas se preocuparam com a música brasileira, principalmente com a música popular. Eles buscavam incentivar às letras de exaltação ao trabalho, estimulando a criação de samba que fazia apologia ao nacional. A “Aquarela do Brasil” de Ary barroso é exemplo desse empreendimento. No período varguista, eram conceitos unificadores os termos povo e nação, ou seja, povo e Estado unidos e tendo um objetivo em comum – o desenvolvimento do país. Neste sentido, o conagraamento, a conciliação e a harmonia no interior do Estado-nação difundidos na propaganda política se sobrepuseram às contradições e conflitos de interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira. Ver Martins (1998:191), Capelato (1998:115), Linhares e Silva (1999:115), Lopez (1997:50-51).

Tudo começou bem antes do 7 de setembro de 1822. Começou quando chegaram as primeiras caravelas, quando aportaram os primeiros habitantes do país recém-descoberto, quando nasceram os primeiros brasileiros do novo Brasil, há quase 500 anos. Começava uma nacionalidade, surgia um povo.

(...)

E D. Pedro, jovem, impetuoso e muito inteligente, sentiu o momento, e catalisando todo aquele sentimento estabeleceu a independência.

Os que vieram antes plantaram a semente de uma nação. D. Pedro estabeleceu a nação brasileira. E todos quantos vieram depois, até hoje, assumiram o compromisso de manter e ampliar esta independência. Tarefa que hoje se comete à geração atual e que esta deve entregar à futura, realizando porém sua parcela, para que o país seja sempre mais independente, atingindo aquilo que há de ser seu destino, de potência entre as potências, destinação histórica cujas bases cumpre lançar e reforçar a cada dia, em toda parte.

No texto acima houve predominância de frases concretas, ou seja, o editor destaca momentos da história do Brasil que contribuíram para a constituição da nação brasileira, no sentido de dar credibilidade factual ao seu discurso. E mais, convida o leitor a refletir sobre o país de forma retrospectiva e prospectiva. A retrospectiva ocorre quando ao selecionar e mencionar fatos do passado, expõe a importância do 7 de setembro de 1822 e a chegada dos europeus de caravelas à América. A prospecção ocorre quando se afirma que a luta pela independência é contínua, isto é, ela teria se iniciado com D. Pedro, cabendo ao povo brasileiro reafirmá-la a cada dia.

No discurso se destaca que a constituição da nação teve início com a chegada das caravelas no Brasil em 1500 e outros fatos históricos, sem considerar a inexistência de um Estado propriamente dito no Brasil antes do século XIX. Constatamos que D. Pedro era considerado um herói, que soube catalisar o sentimento do povo brasileiro. E não mencionou os interesses e conflitos que propiciaram a ruptura política de 7 de setembro de 1822. A formação do Estado no Brasil ocorreu a partir do conflito de interesses entre a elite que residia nas terras brasileiras e interesses das cortes portuguesas que visavam a recolonizar a ex-colônia e restabelecer o pacto colonial. As cortes portuguesas manifestaram seus interesses através da Revolução do Porto, em 1822, quando reivindicavam a volta de D. João VI a Portugal. O Estado-nação que se constituiu, no século passado, embora com idéias de cunho liberal

oriundas da Europa, não efetivou a democracia na prática, pois se manteve a escravidão dos africanos, a vida política se restringiu aos “homens bons” (detentores de terra, gado e escravos) e voto censitário, excluindo do exercício da cidadania a escravaria, a população livre e pobre e as mulheres.¹³ Mesmo com o processo de liberalização da mão-de-obra escrava, e seu término definitivo pelo menos legalmente em 1888 e com o advento da República em 1889, ao povo não foi concedido pleno exercício da cidadania. As elites brancas, dentre as quais os “homens de ciência” pretenderam traçar quais eram os caminhos que poderiam conduzir a nação ao progresso científico. Para estes homens do saber, era preciso higienizar o país e educar o povo, para que se corrigisse a natureza e aperfeiçoasse o homem. Os problemas locais da nação em formação como a miscigenação, o atraso, a pobreza e o parco desenvolvimento eram analisados tendo como referência o conceito de raça. Como Lília Moritz Schwarcz (1993) destaca, o argumento racial justificava teoricamente a construção de projetos políticos conservadores e a existência de hierarquias rígidas na sociedade brasileira.

Constatamos também que através do discurso de exaltação à nação expresso no editorial, procurou-se formar a opinião pública sobre a tarefa que se impunha ao povo, no passado, no presente e no futuro: o de fazer do país, mediante o trabalho, uma potência entre as potências no contexto mundial, a predestinação histórica ao sucesso. Em a postura que se associou à propaganda política dos governos militares e foi expressa no editorial da Folha de Londrina de 7 de setembro de 1976:

Trigo, soja, café, cana-de-açúcar, automóveis, máquinas, trabalho. Hoje é 7 de setembro, marco histórico e divisor da vida do país. Há 154 anos, nesta data, o príncipe D. Pedro rompia os laços que ligavam o Brasil a Portugal e estabelecia a Independência do país. Mas naquele dia havia apenas a disposição de um homem, cercado por um grupo de patriotas que ansiavam por ver o país liberto da metrópole, dono de seu próprio destino. D. Pedro foi o agente histórico de um momento que já tardava e que, inclusive, foi antecipado por D. João VI.

(...)

A Independência não é presente que se receba de graça. É sempre, uma luta. E, no mundo atual, esta luta ainda é maior, porque a inveja e a

¹³ Ver Malerba (1994; 1999) sobre a constituição do Estado-nação no Brasil, no século XIX, visando à compreensão dos desdobramentos das rupturas políticas de 1822 e 1889.

cobiça internacionais se lançam ávidas sobre todas as nações, notadamente as consideradas não desenvolvidas, dispostas a exauri-las e a dominá-las. A opção, para manter a liberdade e a independência, é o trabalho.

Nesse discurso como no que analisamos anteriormente predomina a retrospectção e a prospecção, quando se menciona fatos históricos que antecederam 1822 e a ação de D. Pedro. Por meio do discurso de que “A Independência não é presente que se receba de graça. É sempre uma luta”, explicita mais uma vez que o povo devia lutar em seu dia-a-dia para assegurá-la. Lutar significava trabalhar. Uma outra característica do texto é o discurso polivalente, ele se dá quando o editor se remete a outros discursos (fatos históricos) de forma explícita, não limitando sua análise ao presente. Tal como a história foi apresentada aos brasileiros, durante o Regime Militar, podemos apreender a construção do discurso emitindo sentidos, para que cada indivíduo, desde sua infância, concebesse o mundo segundo a ordem vigente. Que o compreendesse se pautando no binômio segurança e desenvolvimento, que significava ordem e trabalho.

Essa produção de sentido através do discurso, segundo Eni Puccinelli Orlandi (1993), “é construir limites, é desenvolver sítios de significância, é tornar possíveis gestos de interpretação”, no processo de construção da identidade nacional. O povo devia se ver refletido através dos homens e ações dignos de memória – os heróis nacionais –, como D. Pedro, tendo-o como referência para agir em seu dia-a-dia mediante o trabalho e tornar o Brasil cada vez mais independente. Neste processo em que se forja o herói nacional, este é tido como responsável pelos caminhos que o povo deve seguir, e padroniza a moral e regras de conduta. O herói aparece como responsável pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais na sociedade e questionar o papel que lhe era e é conferido implica em pôr em questão a “Pátria, a Religião, as Forças Armadas, a Revolução, o Partido”, concebidos na perspectiva de dogmas e grafados respeitosamente com inicial maiúsculas.¹⁴ Enfim, a cada data cívica, festejar era indispensável, como se destaca no editorial da Folha de Londrina de 7 de setembro de 1977:

Hoje é 7 de setembro, a data magna brasileira. Com bandeirinhas, cataventos ou sem nada, o importante é saber e repetir que hoje se

¹⁴ Sobre as considerações referentes aos herói, ver Miceli (1997:10-11).

comemora o dia mais importante de um país que é o nosso. O Brasil nasceu a 7 de setembro porque até então não era um país, era um prolongamento de Portugal, não tinha vida própria. Foi quando D. Pedro cortou, naquele dia, os laços que o ligavam à Metrópole.

(...)

Porque se devemos reverenciar o passado, isto não significa ficar de olhos voltados para trás. A maior homenagem que se pode fazer ao Brasil, ao passado, aos heróis, a todos os que construíram este país, é lutar, dar o melhor, continuar a construção e legar aos pósteros uma nação mais forte, mais rica e onde todos possam sentir o sabor da liberdade assumida com seus riscos e suas recompensas.

Evidencia-se, a partir do discurso acima, que a cada data cívica o povo devia reverenciar seu passado e observar a ação de seus heróis. Explícita a idéia de construção da nação associada ao trabalho. Cabia ao povo brasileiro agir no presente tendo como referência o passado – a história do Brasil – para construir um futuro melhor. Devia deixar à geração posterior sua parcela de contribuição e conduzir o país ao que seria seu destino, o progresso. Essa postura ao narrar a importância do passado – o 7 de setembro, propicia-nos verificar uma outra característica do texto, a visão interna, isto significa que os fatos são apresentados e acompanhados de interpretação.

Assim, a reeducação do povo brasileiro, implicou na inculcação na mente deste sobre a importância do amor à pátria, mediante civismo, ordem e trabalho. Neste sentido, as datas cívicas que compunham o calendário nacional constituíam em uma via de participação do povo do projeto político-econômico do Regime Militar. Os governos militares traçavam as metas que deveriam ser alcançadas e cabia aos brasileiros contribuírem através do trabalho. Os que contestavam a ordem vigente eram tidos como subversivos e reprimidos com veemência. Sobre este aspecto, observamos que, quando se destacou a nação, esta estava sempre associada a idéia de luta e trabalho, sem pôr em evidência os problemas que afetavam a vida da população brasileira: a elevação do custo de vida, o achatamento e o arrocho salarial e a concentração de renda.¹⁵ Esses pressupostos tornam-se evidentes no editorial da Folha de Londrina de 7 de setembro de 1979.

¹⁵ Ver Barros (1994:73-93) às referências sobre o governo de Geisel nos primeiros anos de presidência após a posse em 15 de março de 1974.

Qualquer escolar sabe que, hoje, 7 de setembro, é o dia em que o príncipe regente D. Pedro I proclamou a Independência. Desde o início da vida escolar até o seu final, o estudante fica sabendo disto. E, hoje, com o impacto promocional dos meios de comunicação social, o evento é bastante difundido.

(...)

Uma nação se forja pela luta de seus homens. O 7 de setembro é um marco, importante em nossa história. Mas continua a cada dia, e que continuará enquanto houver brasileiros que trabalhem e que lutem por essa independência.

Nesse texto e em outros registros há predominância do discurso objetivo e da idéia de independência como um processo de luta constante do povo brasileiro, e a partir da repetição se dá o destaque a figura de D. Pedro I. A “voz” expressa nos textos narrou momentos da história brasileira de maneira explícita, enfatizando datas e fatos de forma linear e harmônica, para afirmar que a Independência do Brasil era uma luta constante.

Por meio da recorrência do discurso que expressou a idéia de construção da nação associada à luta e ao trabalho, a grande imprensa paranaense atribuiu um novo sentido à ruptura política de 1964. Ela conferiu a esta o caráter de mais um “Grito do Ipiranga”, um movimento que preservou a liberdade do povo brasileiro.

Por isso, a população brasileira devia agir e ter como referência os acontecimentos históricos, para que pudesse repetir outros marcos históricos que conduzissem a nação à superação de seus problemas. Que se viabilizasse o almejado desenvolvimento através da luta e trabalho, para que se concretizasse outros “Gritos do Ipiranga”. Idéia que se expressa no editorial da Gazeta do Povo de 7 de setembro de 1975:

(...)

Hoje, a opção feita em março de 64 apresenta um Brasil marcado de dificuldades, mas também, de positivas esperanças e, profundamente, dessemelhante a outros países, cujos exemplos de comoção interna marcam quase que diariamente as da imprensa internacional.

Estamos construindo, com paz, tranqüilidade, segurança e desenvolvimento, as alternativas brasileiras de luta pela superação de nossos problemas. E, o que é mais entusiasmante em termos de brasilidade, temos a certeza de que, com trabalho, amor à terra que é nossa, estamos vencendo barreiras e construindo, para nós e nossos filhos, as condições necessárias para a repetição dos Gritos do Ipiranga (...)

No discurso se apresenta toda uma digressão temporal, relacionando a ruptura política de 1964 ao 7 de setembro de 1822, quando se faz alusão de que no presente o trabalho e amor ao Brasil estariam construindo as bases para a repetição de outros “Gritos do Ipiranga”.

Ao atribuir um novo significado à ruptura política de 1964, a idéia de constituição da nação foi associada ao trabalho, paz e tranquilidade (leia-se ordem), à segurança e desenvolvimento e ao amor à pátria. Assim, era indispensável a exaltação da história do Brasil que, como já mencionamos, era uma via para levar ao povo a consciência do contexto histórico que vivenciava. Os brasileiros deviam rememorar a história da nação brasileira através do “passado” (os fatos históricos), para que no “presente” pudesse agir sobre a égide da ordem e trabalho e vislumbrar o “futuro” promissor de sua pátria. O povo brasileiro devia pensar o Brasil retrospectiva e prospectivamente. Assim, constata-se que o país deveria ser pensado em três tempos: presente, passado e futuro.

Os jornais paranaenses, ao atribuírem sentido à ruptura política de 1964, ressaltam a importância das Forças Armadas, concebendo-as como agente social que soube interpretar o anseio do povo brasileiro e agir no momento oportuno. O papel atribuído as Forças Armadas é evidente no editorial de O Estado do Paraná de 9 a 10 de setembro de 1976:¹⁶

Mais recentemente, ainda, nossa independência foi salva quando as Forças Armadas, interpretando os anseios da esmagadora maioria do povo brasileiro, deram um “basta” ao regime de baderna e anarquia que estava precipitando o País no caos ardentemente desejado pelos partidários do bolchevismo, prontos a se valer das circunstâncias caóticas para empalmar o poder.

(...)

O trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, é uma forma de manutenção da independência de nossa pátria. (...)

Nesse discurso e em outros se pode observar a repetição do termo trabalho. Sendo a Independência do Brasil uma luta contínua, cabia ao povo mediante o trabalho assegurá-la. A maneira com que se empregou o termo povo nesse discurso permite-nos destacar que a cada

¹⁶ A utilização desse editorial para análise deveu-se à constatação de que não houve tiragem do jornal O Estado do Paraná, em data específica, em 7 de setembro de 1976.

contexto histórico a este é atribuído um papel a desempenhar, segundo os interesses dos grupos sociais que compõem a sociedade e que pretendem tornar-se hegemônicos. Como Gneviève Bollème (1988) afirma, o “povo”, *populus*, “os homens que habitam juntos, é o próprio grupo, o núcleo de um discurso e de um jogo político”, ou seja, dependendo da concepção de mundo e projeto político-econômico-social de um determinado grupo social, ao povo dá-se um significado e lhe atribui um papel que deverá ser desempenhado. Segundo Bollème, o termo “popular” é a utilização atual do termo *povo*, e que tem uma intenção política, ambos os termos constituem instrumentos políticos, com significado diferentes de acordo com os interesses do indivíduo e/ou grupo que os definem.¹⁷

Assim, para que o povo se identifique com o projeto político-econômico e social que pretendeu fazer da nação uma Potência Mundial, nos editoriais há toda uma construção discursiva sobre a nacionalidade deste, destacando os “laços protonacionais” que vinculariam Estado e povo. Essa questão está evidenciada no editorial de O Estado do Paraná, de 7 de setembro de 1977.

(...)

Pátria significa uma língua comum, um destino histórico comum, uma matriz comum da qual nascem emoções, imagens, orientações do pensamento e da fantasia. Pátria é a realidade da qual emergimos e que não podemos repudiar sem cortar uma parte viva e orgânica de nós mesmos. A imagem da Pátria “mãe” é mera retórica. Corresponde a uma realidade de fato.

E a força dessa realidade torna-se mais viva no Sete de Setembro, marco cronológico de um processo que se estende até hoje.

(...)

O trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, também é uma forma de manutenção da independência de nossa Pátria.

Nesse discurso há toda uma preocupação em estabelecer vínculos entre o Estado e seus habitantes, através da formação da identidade nacional, do Estado-nação. Como Benedict Anderson (1989) expõe, as políticas de construção nacional presentes nos Estados procuram forjar

¹⁷ Para Gneviève Bollème (1988), povo é um termo polissêmico, que se presta à manobra política e as suas imprecisões.

a nacionalidade e utiliza os meios de comunicação de massa, o sistema educacional, as normas administrativas, e assim por diante.

Em caso específico, os governos militares pós-1964 e o Estado de caráter associado-multinacional que se organizou procurou, através da propaganda política, atribuir novos significados aos símbolos preexistentes. Estes foram apreendidos e reproduzidos pela imprensa, enquanto ela ressaltava os elementos da identidade nacional do povo brasileiro. Os elementos que punham em evidência a identidade nacional como a língua, a cultura e a história (todos produtores do sentimento de brasilidade), são evidentes no editorial de *O Estado do Paraná*, de 7 de setembro de 1978:

O amor pela Pátria, na medida em que o indivíduo se eleva além do culto egoístico de si mesmo, pertence às mais altas e nobres expressões de amor. Como âmbito de afeto e fidelidade, a Pátria é unidade mais vasta do que a família. O apelo emotivo do patriotismo tem raízes biológicas menos evidentes e fortes, já que a unidade familiar se radica fundamentalmente nos vínculos do sangue e da carne. Mas “pátria” não é apenas um conceito cultural ou definição lógica. É sobretudo uma instituição que inclui raízes sólidas às quais está o indivíduo orgânica e historicamente ligado.

Pátria significa uma língua, uma matriz comum da qual nascem emoções, imagens, orientações do pensamento e do caráter. (...)

O pacífico trabalho de cada um de nós, no dia-a-dia, também é uma forma de manutenção da independência de nossa Pátria.

Esse texto e outros em sua maioria expressam uma unidade temática, que é a idéia de independência como uma luta contínua, o que permite constatar a visão que o editor procura expor ao selecionar e narrar fatos históricos. O discurso que expressa amor à nação e/ou pátria brasileira mediante o trabalho foi recorrente nos jornais paranaenses. Constantemente, havia a preocupação em destacar os elementos que manteriam a unidade da nação que era e é a expressão de um país miscigenado, como a língua portuguesa e o território definido. Procurou reafirmar a cada data cívica que o Brasil era um país do futuro, uma nação a caminho do progresso, os problemas econômicos que afetavam a vida da população brasileira eram concebidos e abordados como fenômenos.

Os editoriais foram essencialmente ideológicos, ao pontuaram qual era a tarefa que cabia ao povo brasileiro. A população daquele con-

texto devia trabalhar para cumprir sua etapa de contribuição, para que a geração futura fizesse sua parte e conduzisse o Brasil ao progresso.¹⁸

Em suma, ao brasileiro não cabia indagar o que a nação poderia fazer por ele, mas o que ele poderia fazer por sua nação. Os interesses do povo deviam estar em conciliação com os interesses nacionais, o que significava que o Estado-nação era a expressão dos interesses dos grupos sociais que compunham a sociedade, homogeneizando-os.

Em nome da segurança nacional: vigiar e punir

A Doutrina de Segurança Nacional durante o Regime Militar norteou as ações que visavam a manter a democracia do país, do inimigo socialmente construído – o Comunismo.

O Serviço Nacional de Informação – SNI, criado a partir de 1964, desempenhou o papel de vigilante da sociedade, ou seja, de setores tidos como perigosos à preservação da ordem. No contexto em que se instituem os governos militares, nota-se que os direitos constitucionais do indivíduo foram suprimidos em detrimento da ideologia da Doutrina da Segurança Nacional.

A partir do discurso da Doutrina da Segurança Nacional, o governo se estruturou para conseguir a empatia da população através da propaganda e para fazer com que cada cidadão contribuísse para a manutenção da ordem na sociedade, delatando os que o contestavam. Para tanto, o SNI teve como estratégia, a orientação, controle e vigilância de todos os aspectos da vida social, a fim de fazer valer a vontade ou interesses do Estado.¹⁹

Dada a preocupação existente no tocante à segurança interna, ao lado dos órgãos policiais e militares já existentes na sociedade, organizou-se o SNI, tendo como peça mestra para o desenvolvimento de atividades de repressão, o Departamento de Operação de Informações da Coordenação de Defesa Interna (DOI-CODI). Ele era organizado a partir da estrutura do Exército e diretamente controlado pela cúpula militar. Esta estrutura de informações e de repressão estava em

¹⁸ Os editoriais foram analisados com base nos pressupostos explícitos na “Análise histórico-literária de textos narrativos”, ver Cardoso (1997:23-99)

¹⁹ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e a ação do SNI durante os governos militares pós-1964, ver Comblin (1980).

conciliação com o discurso que associou segurança e desenvolvimento.²⁰

Cabia aos brasileiros também contribuir para a manutenção da segurança interna do país. Por isso, o governo estabeleceu, através da Constituição de 1967, que toda pessoa natural ou jurídica era responsável pela segurança nacional. Sendo a segurança nacional um dos objetivos nacionais do Estado-nação, esta não estava sujeita ao questionamento, isto é, não se admitia qualquer forma de contestação à ordem vigente.

O Ato Institucional nº 5, instituído no Brasil em 13 de dezembro de 1968, privou a população do exercício de seus direitos, aboliu o *habeas corpus* e decretou o recesso do Congresso e a censura prévia aos órgãos de comunicação.²¹ Esses movimentos ressurgiram diante do índice de inflação elevado, arrocho salarial e concentração de renda e reivindicavam o fim da Ditadura Militar. Segundo Marcelo Ridenti (1993), o espaço para atuação de qualquer grupo de oposição ao governo vigente foi ínfimo, principalmente após o AI-5. A repressão que incidiu sobre as vozes dissonantes combateu com contundência as organizações que não julgavam convenientemente pegar em armas, como também àquelas que concebiam a luta armada como via para a concretização de seus projetos. Para Ridenti, o fantasma da esquerda brasileira era superar os anseios de revoluções projetadas e derrotadas pela contra-revolução que a reprimiu.²²

No Paraná, a repressão atingiu centenas de pessoas, entre políticos, militares, estudantes, intelectuais e dirigentes sindicais, sendo instaurada, em 1975, a Operação Marumbi, que foi implantada para apurar supostas atividades do Partido Comunista Brasileiro. Essa operação foi desencadeada posteriormente à Operação Bandeirante, que ocorreu em São Paulo. Segundo a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, os seqüestros políticos foram iniciados no dia 12 de setembro de 1975.²³

²⁰ O binômio segurança e desenvolvimento foi primeiramente destacado pelo secretário de Defesa americano, Robert Marc-Namara, em 1967, e posteriormente neste corrente ano foi apropriado e utilizado por Castello Branco, em uma aula inaugural na Escola Superior de Guerra. Ver Martins(1986).

²¹ Sobre o Ato Institucional nº5, ver Serviço Gráfico do Senado Federal (1969)

²² Ver Dias (1997) sobre a experiência da Ação Popular – AP, no Paraná, entre os anos de 1962 e 1973; Cunha (1998), que destaca a organização da esquerda e guerrilha nos anos de 1960/70; Lima (1998), que ressalta a presença e a experiência feminina em organizações de esquerda, que contestavam o Regime Militar.

²³ Ver relatório “Torturas no subterrâneo da liberdade” da Comissão Pontifícia, Justiça e Paz, de janeiro de 1977, as informações sobre a Operação Marumbi em

A operação implantada dentro das Forças Armadas, em Curitiba, comandada pelo Coronel Waldir Coelho, tinha como alvos:

- Afonso Diogo Gimenez – funcionário da Abril Cultural – Cultura – cidade de Curitiba;
- João Alberto Einecke – funcionário da Viação Garcia – cidade de Londrina;
- Mário Gonçalves Siqueira – do Sindicato dos Ensacadores – cidade de Paranaguá;
- Dr. Luiz Gonzaga – advogado presidente do MDB de Londrina;
- Dr. Oswaldo Alves – médico e proprietário do Hospital S. Francisco – Mandaguari;
- Paulo Simião – também do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá;
- Ildeu Manso Vieira – gerente da Agrovita e candidato a deputado pelo MDB;
- Nilson A. de Lima – vereador do MDB de Paranaguá;
- Genecy de Souza Guimarães – vereador do MDB de Londrina;
- Eujácio de Almeida – do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá.

Durante o desenvolvimento dos processos políticos nas auditorias militares, a grande imprensa evitou fazer cobertura destes e se restringiu às publicações: de notas oficiais, resumos de depoimentos nas auditorias, informações de órgãos de segurança comunicando prisões e morte. Ela deu destaque apenas para notícias de seqüestros e evitava a temática das torturas. Para Bernardo Kucinski, os meios de comunicação devem sempre denunciar as violações de direitos humanos e não fazê-la foi a grande falha da grande imprensa durante o Regime Militar.²⁴

Nesse contexto, conforme a Lei de Imprensa, instituída em 1967, mesmo que o jornalista tivesse provas de crimes cometidos por figuras do governo não podia divulgá-las. Essa lei dava sustentação ao governo,

1975. Heller (1988:371) afirma que a Operação Marumbi foi implantada no Paraná nos primeiros dias de 1975, com o objetivo de averiguar supostas atividades do Partido Comunista Brasileiro. Vieira (1988), um dos presos políticos envolvidos na Operação Marumbi, processo político nº 745, através de relatos sobre sua permanência no cárcere, destaca desde seu seqüestro, interrogatórios, convivência com outros presos políticos, até sua condenação e liberdade em 1978.

²⁴ Ver Gomes, Bulik e Piva (1989), especificamente o capítulo “Quando a imprensa precisou de heróis”.

à medida que filtrava as informações que a população devia ou podia saber, como também que momento devia tomar conhecimento de um determinado assunto. O Decreto-Lei nº 898, de 28 de setembro de 1969, concedia ao Ministro da Justiça autonomia para determinar a apreensão do jornal, periódico, livro ou outro qualquer impresso, e suspender sua impressão, circulação, distribuição ou venda em todo o país, caso estes colocassem em questionamento as diretrizes políticas do governo ou a ordem vigente.

Embora com a revogação do AI-5, em 1978, quando foi feita outra Lei de Segurança Nacional, a imprensa permaneceu submetida à censura, o que cerceou a liberdade de expressão. Essa Lei, de 17 de dezembro de 1978, estabelecia que quem favorecesse ou permitisse a utilização de qualquer meio de comunicação, para efetivar qualquer crime contra a Segurança Nacional, estava sujeito a até 12 anos de reclusão.

Assim, durante os governos militares, a Doutrina de Segurança Nacional norteou a organização da sociedade sobre a égide do binômio segurança e desenvolvimento, fim de preservar da segurança interna e externa do país, que era concebida como indispensável para que a nação brasileira pudesse chegar ao que seria o seu destino: ser uma nação desenvolvida, conforme o projeto político dos grupos sociais que formaram o bloco histórico associado-multinacional.

Considerações finais

Desde a formação do Estado no Brasil, a partir do século XIX, a idéia de construção da nação e a ideologia da nacionalidade do Estado-nação estão associadas ao projeto político-econômico dos grupos sociais de elite, que procuram tornar-se e/ou ser hegemônicos em determinado contexto histórico e temporal.

Durante os governos militares pós-1964, os representantes dos grupos sociais que se opuseram ao governo Goulart, ao assumirem a esfera do Estado por meio do golpe de 31 de março, procuraram estabelecer diretrizes distintas do governo destituído, que era tido como a expressão do Comunismo no país.

Atribuiu-se um novo significado aos símbolos nacionais, a fim de divulgar, através da propaganda política, a idéia de nação predestinada ao sucesso, o de ser uma Potência Mundial. Essa postura do regime militar estava associada ao projeto político-econômico pautado no

binômio de desenvolvimento e segurança. Para tanto, a ordem e trabalho eram indispensáveis à construção da nação brasileira.

Neste sentido, tinha-se a necessidade de educar o povo brasileiro segundo os padrões político, econômico, social e moral propugnados pelo governo vigente. Assim, a Educação Moral e Cívica como também a Educação Física se constituíram em vias para o empreendimento de construção da nação brasileira, objetivava-se educar e disciplinar a mente e o corpo do povo.²⁵

Constatamos que a grande imprensa paranaense contribuiu com a divulgação do discurso oficial entre os anos de 1975 e 1979, há repetição constante de idéias associadas à segurança e desenvolvimento e de elementos constitutivos na estrutura do discurso. Essa repetição na estrutura do discurso deu-se quando o editor utilizou frases redigidas em anos anteriores, que punham em evidência idéias com o mesmo sentido.

Portanto, durante os governos militares o discurso veiculado nos editoriais da grande imprensa paranaense, ao expressar a idéia de nação, procurou destacar os fatos históricos dignos de memória ao povo brasileiro. Narrou os fatos de maneira linear e pôs em relevância homens e ações que compunham a esfera política. A forma com que se estruturou os textos, permeou e predominou a visão retrospectiva e prospectiva. Isso representava que o povo brasileiro devia pensar a nação no tempo “presente” com base no “passado” para se projetar o “futuro”. Esta postura procurou enfatizar que o Brasil estava predestinado ao progresso, constituindo-se em um país de futuro próspero. E ao destacar o papel que cabia à população brasileira, expôs que se devia expressar amor à nação em seu dia-a-dia mediante o trabalho profícuo. Todos aqueles que contestavam a ordem vigente eram concebidos como subversivos, combatidos com veemência, podiam ser indiciados em inquéritos policiais e punido com base na Lei de Segurança Nacional, ter seus direitos cassados e/ou banido da sociedade brasileira através do exílio. Sendo assim, com o golpe de 31 de março de 1964, o povo brasileiro vivenciou o processo de transição do Regime Democrático ao Regime Militar, ou seja, da democracia à liberdade vigiada.

²⁵ Sobre a regulamentação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Educação Física durante o regime militar, ver respectivamente Decreto-Lei nº 869 de setembro de 1969 e Decreto nº 69.450 de outubro de 1971.

Bibliografia

- ALVES, M^a Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964- 1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos cruzados: imprensa e Estado autoritário no Brasil 1964-80*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado)
- ARNS, Paulo Evaristo (Dom). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 59.
- BARROS, Edgard. L. de. *Os governos militares*. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a História)
- BHABHA, Homi K. *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto etii. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: UnB, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. 2. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRASIL. Senado Federal. Serviço Gráfico. Ato institucional n^o 5. Atos complementares 38-40. Decretos-leis 348-409. Brasília-DF, 1969.
- BRASIL. Decreto-Lei n^o 869, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino do País, e dá outras providências. *LEX – Coleção de Legislação Federal: marginalia*, São Paulo, v. 33, p. 1307-1309, jul. / ago. / set. / out. 1969.
- BRASIL. Decreto n^o 69.450 de 1 de novembro de 1971. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 22 da Lei n^o 4024, de 20 de dezembro de 1966, e da alínea “c” do artigo da Lei n^o 5.540 (*), de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *LEX – Coleção de Legislação e Jurisprudência: marginalia*, [São Paulo], v. 35, p. 1395-1399, out. / dez. 1971.
- CAPELATO, M. Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).

- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Narrativa, sentido, história*. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 23-99.
- COMBLIN, Joseph (Pe). *A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Maria de Fátima. *Eles ousaram lutar...: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DIAS, Reginaldo B. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná - 1962/1973*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras. Câmpus de Assis. UNESP, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracias ou reforma? Alternativas democráticas 'a crise política: 1961-1964*. Trad. Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- CAMINHADA infinita. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1975.
- A CONQUISTA de um. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1976.
- LIBERDADE assumida. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1977.
- A INDEPENDÊNCIA. *Folha de Londrina*, Londrina, 7 set. 1979.
- OS VÁRIOS sete de setembro que precisamos, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 set. 1975.
- GOMES, Pedro G.; BULIK, L.; PIVA, Marcia C. *Comunicação: memória e resistência*. São Paulo: Edições Paulinas/UCBC, 1989.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- HELLER, Milton I. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. *Nunca é tarde para saber*. Histórias de vida: Histórias da guerrilha. Tese de doutorado. Departamento de História. Universidade de São Paulo, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda. Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *Uma história do Brasil: República*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LUNGARETTI, Celso. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 abr. 1989, p. 32.
- MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: EDUEM, 1999.
- MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.
- MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. *Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a História).
- A LUTA pela Independência. *O estado do Paraná*, Curitiba, 09-10 set. 1976.
- RAÍZES do Brasil. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 7 set. 1977.
- INDEPENDÊNCIA do Brasil. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 7 set. 1978.
- ORLANDI, Eni P. (org). *Vão surgindo discursos*. In: *Discurso fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- RELATÓRIO da Comissão Pontifícia, Justiça e Paz. Curitiba, 1977.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, 28)
- VIEIRA, Ildeu M. *Memória torturadas (e alegres) de um preso político*. 2. ed. Maringá: EDUEM, 1998.

